

IDENTIDADES (IN)FORMAIS: CONTRADIÇÃO, PROCESSOS DE DESIGNAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO NA DIFERENÇA

Mónica G. Zoppi-Fontana

RESUMO: *Ce travail présente une analyse des processus d'identification/interpélation idéologique qui sont à l'origine de la constitution des identités instables et contradictoires des "camelôs". À partir des rapports que les "camelôs" entretiennent avec l'espace public, ils sont pris, dans ce travail, comme des sujets. Le corpus est constitué de différents types de texte: articles de presse, textes légaux et textes du syndicat. Les analyses portent sur le fonctionnement des processus de désignation qui mettent en scène des dispositifs de subjectivisation intervenant dans les processus identitaires. Il est établi aussi un rapport entre ce fonctionnement et les lieux d'énonciation, qui se présentent comme des mécanismes de légitimation sociale du dire.*

PALAVRAS-CHAVE: *processos de designação, referenciação, argumentação, quantificação, silenciamento, discurso urbano, conflitos sociais, mídia, cidade, espaço público.*

INTRODUÇÃO

*Aceitar heterogeneizar o campo das
contradições para esquivar as simetrias*

Mónica G. Zoppi-Fontana é professora da Universidade Estadual de Campinas.

que aí se instalam, para começar a devolver o que se deve ao invisível, isto é, ao “movimento real” que trabalha neste mundo para a abolição da ordem existente.

Michel Pêcheux

Este artigo¹ explora, a partir de uma análise da materialidade lingüística, os processos de subjetivação/identificação que constituem o(s) sujeito(s) das diferentes práticas urbanas, especificamente em relação ao espaço da rua e às disputas para se afirmar nela como identidades legitimadas socialmente. Interessa-nos, especialmente, compreender o funcionamento dos diversos efeitos de exclusão e silenciamento que a sobreposição de espaços e memórias múltiplos e conflitantes produz sobre os processos de construção discursiva da identidade de sujeitos socialmente discriminados em relação à cidade (em) que eles (se) significam. Focalizamos, especificamente, os processos de identificação referentes aos camelôs, analisando as contradições, materialmente presentes nos enunciados, estabelecidas a partir do cruzamento das diferentes discursividades² que interpretam a cidade.

Para isso, pensamos a cidade como *espaço simbólico significante* (ORLANDI, 2001). Se a cidade significa, isto é, se um conjunto de escanções do espaço urbano é interpretado como sendo “a cidade” ou “o lugar (de) X na cidade”, é porque as representações desses espaços fazem sentido para o sujeito, elas ressoam em um concerto de significações e significantes presentes como memória discursiva. Neste sentido, a “cidade” (e seus espaços) não refere a um domínio de objetos definidos empiricamente³, mas a um domínio de significação, que permite ao sujeito

¹ A primeira versão deste trabalho foi apresentada, com o título *Um lugar de enunciação entre o discurso da marginalidade e o discurso da sobrevivência*, no IV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS DO DISCURSO, realizada em Recife, em setembro de 2001. Agradeço os comentários dos assistentes e principalmente aos meus colegas do Laboratório de Estudos Urbanos (LABEUB/NUDECRI/UNICAMP) pela interlocução que alimentou a reflexão que aqui apresento, cujo início se deu no marco do Projeto Temático *Os sentidos públicos no espaço urbano*, coordenado pela profa. Dra. Eni Orlandi (processo FAPESP nº 96/4136) de 1996-2000, que teve seus resultados publicados nos diversos números da revista RUA e no livro organizado por Orlandi (org. 2001), entre outros.

² Orlandi (org. 2001, p. 46) define *discursividade* como “a inscrição dos efeitos da língua, sujeita a falha, na história”.

³ Mondada (1994, p. 101-2) chama a atenção para a especificidade do espaço que obriga a considerar a imbricação entre a maneira pela qual a linguagem exprime o espaço (processo de verbalização do espaço) e a maneira pela qual o espaço é ele mesmo susceptível de estruturar a linguagem (processo de espacialização da linguagem). Este aspecto estruturado e estruturante do espaço em relação à linguagem está no centro de nossa preocupação e o trabalhamos especificamente em relação aos processos de subjetivação/identificação no discurso.

se situar no mundo porque se situa no mundo das significações, isto é, se reconhece e se movimenta nas diversas posições de sujeito⁴ que configuram a memória discursiva. Assim, o espaço urbano, trabalhado discursivamente pela produção sócio-histórica de enunciados inscritos em diferentes regiões da memória discursiva⁵ funciona para nós, analistas, como metáfora e sintoma do confronto entre posições de sujeito diferentes, a partir das quais se produzem os processos de identificação que constituem o(s) sujeito(s) das práticas sociais na cidade.

Construindo trilhas na materialidade lingüística

*La langue naturelle n'est pas un outil
logique plus ou moins défailant, mais
l'espace privilégié d'inscription de
traces langagières discursives, formant
une mémoire socio-historique. C'est ce
corps des traces que l'analyse de
discours se donne comme objet. Par le
biais "technique" de la construction de
corpus hétérogènes et stratifiés, en
reconfiguration permanente, coextensive
à leur lecture.⁶*

O presente trabalho é resultado de projetos de pesquisa que desenvolvo desde 1996⁷ com o objetivo geral de realizar uma reflexão sobre os processos de subjetivação/ identificação do sujeito em relação à elaboração simbólica do espaço urbano, focalizando especificamente os discursos que interpretam a presença dos camelôs nas ruas das grandes metrópo-

⁴ Seguindo a Pêcheux (1975) entendemos "posição de sujeito" como lugar de inscrição/ interpelação ideológica a partir do qual o indivíduo se constitui em sujeito das práticas discursivas. Os sentidos dos enunciados e a identidade do sujeito são produzidos a partir dessas posições, que não são nem individuais nem universais, mas sócio-historicamente determinadas em relação a uma conjuntura dada.

⁵ Cf. Courtine (1981, 1982; 1986); Pêcheux (1975; 1983b); Orlandi (1999; 2001), entre outros.

⁶ Pêcheux (1983) "Lecture et mémoire: project de recherche". In: *L'inquietude du discours*. Paris, Ed. des Cendres, 1990.

⁷ Trata-se do projeto individual de pesquisa *O político nos interstícios do cotidiano: a questão dos camelôs*, desenvolvido no marco do Projeto Temático Os sentidos públicos no espaço urbano, (FAPESP n° 96/4136) referido anteriormente e do projeto *O "problema dos camelôs": designação, referência, performatividade*, inscrito no Departamento de Lingüística (IEL/UNICAMP), no qual concentro-me no estudo dos aspectos teóricos decorrentes das análises dos processos de designação e referência, pensados a partir da sua formulação no acontecimento enunciativo, considerada a relação constitutiva deste e da língua com o interdiscurso.

les brasileiras, em especial, da cidade de Campinas nas últimas décadas.

Os procedimentos de análise se firmam numa concepção de *corpus* que considera tanto as determinações da história sobre os processos discursivos quanto os efeitos do gesto analítico do pesquisador na seleção, coleta, organização e exploração dos materiais em estudo. O *corpus* constituído para nossa pesquisa se caracteriza por ser de natureza heterogênea, tanto na sua materialidade simbólica (o *corpus* inclui materiais textuais, de áudio, de vídeo, painéis eletrônicos, fotos) quanto na sua inscrição institucional e circulação social (analisamos: a mídia impressa – jornais de circulação nacional e regional; a mídia televisiva – reportagens, matérias e debates veiculados na TV; a legislação municipal – leis, resoluções e decretos da prefeitura de Campinas nos últimos 30 anos; o discurso sindical – entrevistas com os diretores do sindicato dos camelôs; depoimentos dos próprios camelôs).

A construção de um *corpus* de tal natureza se orienta pelo objetivo de descrever a emergência de novas instâncias de circulação e legitimação do dizer (doravante *lugares de enunciação*) que interferem nos processos de significação do espaço urbano e que possibilita uma reacomodação/movimento das identidades sociais, especificamente dos camelôs, enquanto presença legítima e permanente na rua. Para isso, adotamos uma concepção dinâmica do *corpus*, que o considera em constante construção conforme o desenvolvimento da análise e que possibilita descrever os regimes de enunciabilidade na sua dispersão, tanto nas regularidades de funcionamento quanto nas rupturas provocadas pelo acontecimento. Nesse sentido, adotamos métodos de leitura e exploração do *corpus* que permitem estabelecer redes de relações significantes através de materiais simbólicos diferentes e relacionados a condições de produção diversas.

Para isso, seguimos o procedimento proposto por Guilhaumou (1989) e Guilhaumou & Maldidier (1989, 1994), fundado na definição de um *trajeto temático* como dispositivo de leitura do arquivo. Segundo estes autores:

A noção de tema supõe a distinção entre um “*horizonte de expectativa*” - o conjunto de possibilidades atestadas em uma situação histórica dada- e o *acontecimento discursivo* que realiza uma dessas possibilidades, inscrito o tema em posição referencial...A análise de um trajeto temático remete ao conhecimento de tradições retóricas, de formas de escrita, de usos da linguagem, *mas sobretudo, interessa pelo novo no interior da repetição*. Esse tipo de análise não se restringe aos limites da escrita, de um gênero, de uma série: ela *reconstrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem*. (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1994, p.164-165, grifos nossos).

O trajeto temático, enquanto dispositivo de leitura, permite pôr em “estado de dispersão” enunciados produzidos em lugares, tempos e gêneros distintos e por locutores diferentes. Funciona como o fio condutor que permite agrupar materiais textuais diversos na construção do *corpus*, materiais que são selecionados pelo fato de fazer emergir, a partir do funcionamento das formas lingüísticas, na sua materialidade específica, *novas determinações para o tema estudado*. O trajeto temático contribui, desta maneira, para a construção do *corpus* a partir das determinações produzidas pela materialidade específica da língua na discursividade, permitindo especificamente destacar os efeitos do acontecimento discursivo no interior do arquivo (PÊCHEUX, 1983a).

Desta maneira, ensaiamos mapear as principais instâncias de produção e circulação do discurso social, o que nos permitiu observar as relações de dominância, sedimentação, desestabilização e/ou silenciamento⁸ de sentidos estabelecidas entre os diversos processos discursivos que intervêm na construção simbólica das identidades sociais e na sua legitimação histórica. Definimos *discurso social*, seguindo a Angenot, como:

L'ensemble – non nécessairement systémique, ni fonctionnel du dicible, des discours institués et des thèmes pourvus d'acceptabilité et de capacité de migration dans un moment historique d'une société donnée [...] Il produit la société comme coexistence, consensus, “convivabilité doxique”, parce qu'il est un lien pan-social entre des individus aux statuts et aux rôles divers et qu'il lie dans un acquiescement muet ceux mêmes à qui il refuse la parole, mais non lê droit d'écouter. (ANGENOT, 1984, p.26)

É neste sentido que nos interessa o conceito proposto pelo autor, na medida em que permite refletir teoricamente sobre as decisões metodológicas que levaram à construção do *corpus* e sobretudo sobre sua pertinência para uma pesquisa que almeja trabalhar com a emergência de um *lugar de enunciação* que há de modificar os regimes de enunciabilidade que significam a identidade dos camelôs na conjuntura histórica estudada.

Processos de designação da diferença

*O homem de lata
é resto anuroso
de pessoa*⁹

⁸ Cf. Orlandi (1992) para uma reflexão sobre o funcionamento do silêncio no discurso.

⁹ “O homem de lata”. In: *Gramática expositiva do chão* de Manoel de Barros (1999).

Como instrumento de entrada no *corpus*, utilizei inicialmente o trajeto temático sinalizado por uma designação -“o problema dos camelôs”- recorrente nos materiais analisados e reformulada insistentemente nos textos¹⁰ estudados. Assim, tomando os trajetos de reformulação parafrástica¹¹ dessa designação e o funcionamento das predicções a ela atribuídas, exploramos o *corpus* em busca de regularidades formais na materialidade lingüística dos enunciados, a partir das quais propomos recortes que funcionam como dispositivo heurístico para a análise.

Importa destacar que considero a *referencialidade* como uma *operação de base lingüística que envolve mecanismos de substituição, construção de “sinônimos” e paráfrases determinados pelo interdiscurso* (MARIANI, 1996, p.138). Assumo, ainda, que é em relação às outras designações com as quais se encontram em relação de reformulação parafrástica ou de contradição no arquivo, que as designações fixam sua referência. Retomando as colocações de Henry (1990, p.52) podemos afirmar que são as relações de substituição estabelecidas entre as diversas designações nas formulações que permitem fixar as relações de referência (produzindo assim um objeto de referência) e não o contrário. É a substituíbilidade da unidade (a designação) num discurso, que lhe confere neste discurso um caráter referencial, constituindo o objeto do discurso em objeto exterior. Neste sentido, a análise das famílias parafrásticas que se estabelecem entre as formulações permite delimitar, a partir (entre outros) dos processos de designação¹², as posições de sujeito que configuram os enunciados. Para isso, é preciso realizar uma análise “em espiral” (PÊCHEUX, 1983c), descrevendo, por um lado, através dos efeitos de linearidade do “fio do discurso” (AUTHIER-RÉVUZ, 1982), os processos de reformulação e seqüencialização na textualidade, e realizando, por

¹⁰ Usamos aqui uma definição ampla de texto, entendido principalmente como formulação produzida em uma prática de textualização, conforme proposto por Orlandi (2001b).

¹¹ Para o estudo das relações de paráfrase que se estabelecem entre os enunciados, seguimos a Fuchs (1994) e Fuchs & Pêcheux (1975) que definem *família parafrástica* como um conjunto de seqüências relacionadas entre si por operações de substituição. A família parafrástica funciona como matriz de sentido para a produção de novas seqüências que significam (e referem) a partir das relações de paráfrase que estabelecem com as demais seqüências da família.

¹² Entendo *processos de designação*, conforme Guimarães (1995; 2002), como relações de referência instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito; neste sentido, ver Dias (1995) e Zoppi-Fontana (1997, 1999a; 1999b; 1999c). Cf. as análises desenvolvidas por Grigoletto (1997); Karim (2000) e, também, Mariani (1998); Amaral (1999), Silva (2000); Zattar (2000) e Ferrari (2001) que propõem dispositivos metodológicos produtivos para a compreensão dos processos de designação, descritos a partir de sua relação com o interdiscurso.

outro lado, uma operação de deslinearização lingüística dos enunciados¹³ que, quebrando a seqüencialidade da superfície lingüística, permita a construção de relações de co-referencialidade entre enunciados dispersos no arquivo (GUILHAUMOU, 1983).

Assim, explorei¹⁴, por um lado, a produção de efeitos de sentido de exclusão e discriminação, analisando minuciosamente os processos de designação presentes na mídia, na lei, em veículos de comunicação visual e no discurso do sindicato. Como produto da análise, propus descrever esses efeitos a partir do funcionamento de três processos de designação, caracterizados pela configuração das relações de referência, que se organizam conforme as operações semânticas explicitadas a seguir:

- a. A indefinição da referência produzida pela presença (ou ausência) de determinantes indefinidos; pela modalidade verbal das formulações; e/ou pela modalização autonímica dos termos que definem os camelôs e os locais onde eles se encontram por analogia ou comparação desvantajosa com outras categorias do ordenamento urbano. Assim, encontramos reformulações na forma de “tradução”: *Ø pop centers – Ø shopping centers populares*; e de comparação: um tipo de... (*construir um camelódromo para os ambulantes que funcionaria como um tipo de shopping*); como se fossem... (*alguns <camelôs> comercializam tais “pontos” como se fossem Ø lojas comerciais*). Este processo produz um efeito de desconhecimento desses sujeitos urbanos enquanto modo de presença definida e original de estar na cidade. As designações que os referem se apresentam como sendo instáveis e não adequadas. Assim, o próprio ato de nomeação é posto em causa, produzindo o enfraquecimento do efeito de evidência que une um nome ao seu referente: ao nomear por analogia ou comparativamente a outras designações já estabilizadas e das quais as designações em causa seriam deficientemente derivadas, se produz como efeito a indefinição das designações, o que permite desconhecer (pela nomeação “defeituosa”) a especificidade e singularidade histórica dos sujeitos que estão sendo aí designados¹⁵. Desqualifica-se um nome

¹³ Fuchs & Pêcheux (1975) descrevem os três momentos da análise discursiva (da superfície lingüística, do objeto discursivo e dos processos discursivos) e chamam a atenção para o caráter integrado dessas operações, que ganharão ao longo do tempo uma unidade e interpenetração metodológica crescente até serem reformuladas (PÊCHEUX, 1983c) como movimentos recorrentes de uma análise em espiral.

¹⁴ Cf. Zoppi-Fontana (1997; 1999a; 1999b; 1999c; 1999d)

¹⁵ Em Zoppi-Fontana (1999a) denominamos *designação dividida* a este efeito de clivagem que desestabiliza a referência, quebrando o efeito de evidência que vincula nomes e coisas. Definimos, então, as designações divididas como o efeito nos sintagmas nominais de uma clivagem nos processos de designação entre posições de sujeito antagônicas no interdiscurso,

para contornar a diferença, para embaçar identidades em emergência (no duplo sentido de “urgir” e “emergir”).

A' - Magalhães prometeu, ano passado, construir *um camelódromo para os ambulantes, que funcionaria como um tipo de shopping*, em um dos prédios da Fepasa. (DIÁRIO DO Povo, 4-6-95, grifos nossos)

- b. A valorização negativa da referência através de processos metonímicos que designam o sujeito a partir dos espaços ocupados, e estes, por sua vez, a partir de metáforas bélicas (“praça de guerra”, “campo de batalha”) ou através de alusões diretas (“ponto de banditismo”) ou indiretas (“novo Paraguai”) à marginalidade e, inclusive, à criminalidade. Assim, pelo funcionamento dos processos de designação, a presença dos camelôs é significada no campo da marginalidade, produzindo evidências de sentido que permitem esquivar a elaboração de uma definição não marginalizada do seu estar na cidade e, conseqüentemente, evitar a discussão sobre a legitimidade dos critérios vigentes de organização jurídico-administrativa do espaço público urbano.

B' - Centro vira *praça de guerra*. Camelôs invadem ruas, fecham lojas e entram em confronto com a PM após apreensão de mercadorias (CORREIO POPULAR, 3-6-95, grifos nossos).

- c. A reificação da referência, através de processos metonímicos pelos quais os camelôs são definidos enquanto objetos, seja por contigüidade sintática (enumerações por justaposição), seja através de enunciados definidores. Nas leis, decretos e resoluções da prefeitura de Campinas sobre uso e ocupação do espaço público urbano observa-se esse processo de reificação na definição dos camelôs, que são reduzidos à categoria de “instalações removíveis”...¹⁶ Encontramos o mesmo efei-

que se manifesta na materialidade lingüística através de operações de determinação semântica e de modalização autonímica do núcleo dos sintagmas nominais ou da modalidade das predicções e ela relacionadas através de subordinadas comparativas e/ou relativas. Assim, o processo de designação se caracteriza por nomear através de categorias já estabilizadas discursivamente e ao mesmo tempo suspender essa estabilização, relativizando a adequação/evidência do laço nome/coisa. As designações divididas fornecem, desta maneira, um observatório privilegiado para a análise dos efeitos da contradição entre posições de sujeito que afetam o sujeito do discurso no acontecimento enunciativo em que se materializa lingüisticamente sua formulação. Elas sinalizam os pontos de ruptura/desestabilização referencial, nos quais a própria identidade do sujeito do discurso (que nomeia/nomeado) oscila, suspendendo os efeitos de evidência do sujeito e do sentido.

¹⁶ Constata-se esse funcionamento em todas as resoluções e decretos da Prefeitura de Campinas até fevereiro de 1993, data da primeira resolução que reconhece e autoriza a prática de comércio própria dos camelôs, incluindo no texto as designações “camelôs” e “trabalhadores da economia informal”, termo este tomado do nome do Sindicato que representa os interesses dessa categoria.

to de reificação circulando amplamente nos enunciados da mídia. Dificulta-se, dessa maneira, qualquer referência a um sujeito social e conseqüentemente ao direito a práticas diferenciadas de uso e ocupação desse espaço.

C - *Buracos, sacos de lixo, camelôs*, está impossível andar pelas ruas de São Paulo[...] cheia de *obstáculos* (TV CULTURA, Jornal 31-3-97, grifos nossos)

O funcionamento desses três processos de designação se caracteriza por operar no equívoco entre criminalidade e marginalização, produzindo sentidos que se sedimentam historicamente como senso comum, sobreinterpretando negativamente a presença dos camelôs no espaço urbano. Assim, as designações funcionam no texto como indícios dos pontos de estabilização das relações de referência no interdiscurso, sendo reconfiguradas no acontecimento enunciativo a partir do embate das condições de produção sobre a língua (enquanto estrutura formal capaz de equívoco na história) e sobre a memória (enquanto corpo sócio-histórico de traços discursivos que se constituem em espaço de estruturação, de regularização de sentidos¹⁷).

Do universalismo formal à exclusão social

*Nunca se es suficientemente clandestino*¹⁸

Neste trabalho, proponho uma análise¹⁹ do funcionamento de outro processo discursivo que intervém produzindo evidências de sentido sobre o espaço urbano, sobredeterminando dessa maneira os processos de subjetivação/identificação a partir dos quais se constitui discursivamente a identidade dos camelôs. Trata-se de um *processo de universalização* na definição do espaço público, que *naturaliza* os direitos à cidade, contornando sua dimensão política²⁰ através do funcionamento das categorias de

¹⁷ Retomamos Pêcheux (1983), que chama a atenção ainda para o caráter não homogêneo da memória discursiva, que se apresenta como “espaço móvel, de divisões, disjunções, deslocamentos, conflitos de regularização”.

¹⁸ Gilles Deleuze (*apud* J. Panessi “Marginales de la noche”. In: *Críticas* Buenos Aires, Norma, 2000).

¹⁹ Retomo e dou desenvolvimento aqui às observações apresentadas, sobre outros enunciados, em Zoppi-Fontana (1999d).

²⁰ Guimarães (2002, p.16), retomando Rancière (1995) define a política “pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos... é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento”. O processo de universalização que analisamos trabalha para apagar essa divisão constitutiva, simulando um processo de inclusão omni-abrangente, sem resíduos.

um discurso liberal-formalista sobre a cidade. Para isso, exploro o *corpus* através do trajeto temático que segue as inflexões produzidas pela predicação no enunciado ESPAÇO PÚBLICO, DE TODOS E DE NINGUÉM, do qual encontramos regularmente numerosas ressonâncias (SERRANI, 1992) na mídia e no discurso social em geral. Neste enunciado, chama a atenção a estrutura coordenativa da predicação, cujo funcionamento produz um efeito de universalização sobre os sentidos de posse a partir dos quais se determina a referência para a designação “espaço público”. Observe-se que a oposição dos pronomes indefinidos TODOS e NINGUÉM, mantém a predicação de quantidade (universal) e inverte a de qualidade (afirmativa por negativa), de maneira tal que o conector argumentativo “e” articula um termo universalmente quantificado com sua própria negação, o que em termos lógicos constitui uma contradição. No entanto, do ponto de vista discursivo, observamos que o conector, ao contrário do seu funcionamento lógico, produz um efeito de reforço das afirmações, orientando argumentativamente para uma leitura aditiva da conjunção, o que permite interpretar as predicações como sendo ambas simultaneamente verdadeiras²¹. Desta maneira, as possibilidades para uma interpretação partitiva do predicado aparecem limitadas, dificultando um gesto de interpretação (ORLANDI, 1996; 2001) que analise o espaço público em relação a coletivos particulares²². Conseqüentemente, pelo efeito de naturalização/evidência que caracteriza o funcionamento do senso comum, o enunciado ESPAÇO PÚBLICO, DE TODOS E DE NINGUÉM se oferece como emblema de um discurso sobre o urbano que deixa fora de circulação os enunciados que reivindicam direitos diferenciados que contemplem práticas sociais reais e antagônicas de ocupação e uso do espaço. Não haveria, pois, espaço -nem urbano nem discursivo- para a afirmação de direitos coletivos que contestem a organização jurídico-administrativa imposta; daí as operações de negação e oposição orientada²³ presentes nas formulações quando o sujeito urbano em questão é designado partitivamente através de indefinidos não quantificados universalmente, tais como “alguns”, “uma classe”, “uns poucos”, como na seqüência discursiva (abaixo) 2- “A rua *não* pode ser de *uma classe*, tem que ser *de todos*”; e 3- “*Não* é

²¹ Guimarães (1987), ao analisar a conjunção “e” com sentido aditivo, observa que o paralelismo das construções obriga à homogeneidade modal dos elementos coordenados.

²² Trata-se da simulação de um funcionamento lógico pelo discurso jurídico analisada por Pêcheux (1975) e sobre a qual voltaremos adiante.

²³ O funcionamento da negação, que afirma a categorização universal ao mesmo tempo que desqualifica à diferenciação partitiva, direciona argumentativamente o enunciado, orientando a oposição a favor de um dos seus termos (“Todos”, *i.e.*, o efeito de universalização agindo na identificação do sujeito e do direito à cidade).

justo que *toda a cidade* pague pela desorganização de *uns poucos*”(grifos meus). Desta maneira, observa-se firmemente instalado um juridismo²⁴ que perpassa a definição dos sujeitos sociais e que se apresenta nas diversas discursividades a partir das quais a cidade (se) significa: na mídia, no discurso político, no discurso administrativo, na opinião pública. Diversos são os mecanismos lingüísticos que manifestam esse processo de universalização na materialidade sintático-semântica dos textos analisados: a predicação, a nomeação, a modalização, a determinação²⁵. O recorte que segue apresenta esses funcionamentos (grifos nossos):

1- Trata-se de um problema sério, mas *o cidadão* tem o direito de usufruir da rua livre, disse o vereador A. Tatto (ESTADO DE SP, 26-9-98)

2- É uma degeneração urbanística fora de controle. A rua *não pode ser de uma classe, tem que ser de todos*.(Reportagem da EPTV, declarações do presidente da SETEC, 29-10-99)

3- *Não é justo* que *toda a cidade* pague pela desorganização de *uns poucos*. Hoje, *qualquer um* é camelô. (José Índio, vereador de SP, VEJA SP, 3-9-97).

4- Está mais do que na hora de mudar de atitude e cuidar do lugar em que moramos. Mesmo circundados por milhões de habitantes na maioria pobres, *é possível ter* uma vida decente nas metrópoles brasileiras. Basta evoluir da *consciência individual* para a *consciência grupal, cosmopolita, universal* e entender que a cidade *é nossa casa* e com o mesmo zelo *deve ser cuidada*. Isso vale para governantes e para a população em geral... O preço de *uma cidade habitável* é a eterna vigilância. (Luisa N. Eluf, Espaço aberto, ESTADO DE SP, 22-7-97)

5- Chegamos ao ponto que *quem paga não tem o direito de usar pelo que paga e os que não pagam têm seu direito resguardado*. Poucas pessoas sabem, mas locais ocupados pelos camelôs já são fruto de compra e venda dos “pontos”. Ou seja, *alguns* comercializam tais “pontos” como se fossem lojas comerciais. (Espaço do leitor. DIÁRIO DO POVO, 27-6-96)

Por um lado, cabe observar a modalidade deôntica das formulações; as designações do espaço público urbano suportam predicações que definem um DEVER SER: “a rua não pode ser/tem que ser” (em 1-); “a

²⁴Cf. (HAROCHE, 1988; LAGAZZI-RODRIGUES, 1988).

²⁵Apresentei uma análise desses funcionamentos durante a minha participação no encontro *Cidade atravessada. Os sentidos públicos no espaço urbano*, organizado pelo Laboratório de Estudos Urbanos (LAEURB) na UNICAMP, em outubro de 1999 (vídeo disponível no Centro de Documentação Urbana/ Labeurb).

cidade...deve ser cuidada” (em 4-). Os espaços da cidade são interpretados por uma discursividade que projeta sobre a *ordem real* da cidade uma *organização imaginária*²⁶ que se coloca como ideal ou modelo de esquadramento urbano²⁷. Vemos entrelaçar-se nessa discursividade os sentidos do urbanístico²⁸ (“é uma degeneração urbanística fora de controle” em 2-; “desorganização de uns poucos” em 3-) com os sentidos de um juridismo (“não é justo que..” em 3-; “quem paga não tem o direito de usar pelo que paga” em 5-) que alimenta o senso comum com as evidências produzidas pelo funcionamento das instâncias técnico-administrativas do governo local.

Por outro lado, importa destacar o funcionamento das designações, que apontam para uma interpretação genérica dos sintagmas nominais definidos: “o cidadão”(= os cidadãos); “a rua livre”(= as ruas livres) em 1-; “a cidade”(= as cidades) em 4-. Assim, as designações referem a classes de indivíduos cuja delimitação é dada pelo funcionamento de um discurso jurídico/administrativo fundamentado nos postulados do urbanismo e presente nos enunciados através dos seus efeitos universalizantes, definindo os sujeitos urbanos a partir do funcionamento da forma-sujeito de direito na sua versão liberal-formalista: o cidadão/direito de usufruir/rua livre em 1-. Neste sentido, não podemos deixar de apontar para o deslizamento sofrido pelos sentidos das designações “cidadão”/“direito” para o campo do econômico, de maneira a se indistinguir cidadão/contri-

²⁶ Apresentamos aqui uma distinção trabalhada em Zoppi-Fontana (1999a), que retoma a proposta de Orlandi (1996) de diferenciar ORDEM e ORGANIZAÇÃO nos processos de produção de sentido em geral e, especificamente, em relação à cidade (ORLANDI (org.) 2001).

²⁷ Cf. Zoppi-Fontana (1999a) onde analiso os efeitos do discurso sobre a marginalidade sobre os processos de identificação dos camelôs. Nesse trabalho, demonstro como os sentidos de *marginal*, *criminal*, *ilegal*, que interpretam os camelôs a partir do funcionamento principalmente da mídia, opõem uma representação de cidade legal e organizada (embora irrealizada) a uma ordem real da cidade, em que o espaço urbano e seus sujeitos se constituem na contradição de processos de significação antagônicos.

²⁸ Orlandi (2001, p.187) descreve a forma de intervenção de um discurso *sobre o urbano* naturalizado como senso comum: “Por um processo de migração generalizada de categorias do urbanismo para o discurso do senso comum, há um apagamento da experiência da cidade em seu real, em sua materialidade específica: categorias próprias ao discurso do urbanista se substituem ao modo como as pessoas pensam e falam da cidade em sua vida cotidiana. Nesse modo indistinto de significar, o real da cidade é substituído pelas categorias do saber urbano, seja em sua forma erudita (discurso do urbanista) seja no modo do senso-comum, do administrativo, no discurso do Estado tomando a forma jurídica ou política indiferentemente, tornando-se um discurso “sobre” o urbano, esvaziado de suas condições reais. Resulta daí uma deriva ideológica que homogeneiza a forma de significar a cidade”. É essa deriva ideológica que a autora nomeia “urbanístico”.

buinte/consumidor: quem paga/direito de usar/pelo que paga, em 5-. Esta seqüência discursiva manifesta, ainda, em toda sua crueza e eficácia, a simulação do lógico pelo jurídico, ao apresentar a situação criada pelos camelôs como extrema, fora de propósito, insuportável: “chegamos ao ponto”.

Importa ainda analisar o funcionamento da seqüência discursiva 4-, no qual encontra-se a definição do que seria “uma vida decente...nas metrópoles brasileiras”. É a partir do processo de universalização (e dos efeitos do discurso do urbanismo) que se define o que seria “uma cidade habitável”, naturalizando (“basta evoluir...e entender”) o gesto de interpretação de uma classe (“nós”), constituída a partir de uma oposição (“mesmo circundados por”) que exclui do universo assim construído aqueles que constituiriam um obstáculo: os “milhões de habitantes na maioria pobres”²⁹. Nesta seqüência discursiva, podemos, ainda, observar o funcionamento da determinação nos sintagmas nominais trabalhando os sentidos a partir do processo de universalização. Com efeito, é a determinação que produz um efeito de continuidade gradativa e crescente que permite a passagem de uma “consciência individual” a uma “consciência grupal, cosmopolita, universal”.

Para melhor interpretarmos o funcionamento deste processo de universalização, vamos retomar aqui o efeito da continuidade individual/universal que Pêcheux (1975), retomando Fuchs, denominou *mito continuísta empírico-subjetivista*, e que definiu como o efeito de sentido “que pretende que, a partir do sujeito concreto individual “em situação” (ligado a seus preceitos e a suas noções), se efetue um apagamento progressivo da situação por uma via que leva diretamente ao sujeito universal, situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos” (*op.cit.*, p.127).

²⁹ Voltaremos em seguida sobre a contradição constitutiva dos processos de universalização no funcionamento da forma-sujeito de direito, que ao mesmo tempo em que constroem a imagem de um TODOS homogêneo e sem falha, produzem como resíduo um outro exterior, a partir de cuja exclusão se define o todos. Cf. Rancière (1996), quem analisa filosoficamente o fundamento da política em sociedades democráticas, caracterizando-o como a possibilidade de inclusão formal de uma parcela excluída da comunidade por uma divisão constitutiva e estruturante da sociedade. Na nossa análise comprovamos esse funcionamento tal como aparece representado nos enunciados e o explicamos a partir de categorias semânticas (os processos de designação) e discursivas (processos de identificação/subjetivação). Para tanto, consideramos no nosso trabalho a definição e análise dos processos de designação propostas por Guimarães (2002) e desenvolvemos, aqui, uma análise original sobre o funcionamento das operações de determinação e quantificação semântica que definem os processos de universalização característicos da forma-sujeito de direito e da forma-sujeito da ciência, na sua versão liberal-formalista.

Os funcionamentos discursivos trabalhados por Pêcheux através da figura do mito se referem principalmente ao efeito de apagamento da descontinuidade epistemológica entre conhecimento científico e desconhecimento ideológico. O autor descreve esse mito através de uma tabela na qual aparecem representadas as diferentes “cenas do conhecimento”³⁰, começando pela relação imediata do eu (sujeito singular) com o concreto (objetos sensíveis) em uma situação discreta (vejo/aqui/agora), para passar por diversos movimentos de abstração que permitem na segunda cena uma discrepância suturada pela identificação intersubjetiva (eu/tu; aqui/agora/passado/em outro lugar; vejo/disseste); na terceira cena subsumir as tomadas individuais em um espaço de apagamento da individualidade que permite a generalização do senso comum (disseram-me <eles/x>/passado/em outro lugar); para culminar na última cena no apagamento de toda subjetividade, produzindo a sobreposição de objeto e sujeito de conhecimento no regime da indeterminação universal (qualquer um/sempre/em todo lugar) enquanto garantia de conhecimento verdadeiro. Ainda interpretando o mito, Pêcheux (1975) afirma que “o continuísmo subjacente à oposição situação/propriedade se apoia sobre o *processo de identificação* (“se eu estivesse onde tu (você)/ele/x se encontra, eu veria e pensaria o que tu(você)/ele/x vê e pensa”)” e acrescenta que “o imaginário da identificação mascara radicalmente qualquer descontinuidade epistemológica” (*op.cit.*,p.128).

No nosso trabalho queremos mobilizar as cenas analisadas por Pêcheux como mito continuísta empírico-subjetivista para analisar os processos de identificação dos sujeitos urbanos, focalizando especificamente o efeito de mascaramento/simulação da descontinuidade epistemológica (relação dos sujeitos urbanos com o que lhes é dado a conhecer -da/na cidade-) e principalmente política (relação dos indivíduos com a divisão desigual do “direito à cidade” e seus efeitos contraditórios nos processos de identificação/interpelação que os constituem em sujeitos urbanos, através de um trabalho simbólico de inclusão/reconhecimento nos espaços da cidade). Almejamos descrever e interpretar os efeitos de silenciamento desta dimensão política dos regimes de uso e ocupação do espaço urbano, sobreinterpretada pelo juridismo e o urbanístico, enquanto efeitos no senso comum do funcionamento da forma-sujeito de direito e da forma-sujei-

³⁰ Milán-Ramos (2001) propõe descrever o funcionamento do mito continuísta empírico-subjetivista a partir das diferentes “cenas de conhecimento” que o constituem e trabalha o efeito de continuidade representado por essas cenas em relação ao movimento dos processos de subjetivação, especificamente na transição da forma-sujeito religioso à forma-sujeito de direito.

to da ciência; considerando, ainda, que ambas as formas-sujeito se caracterizam pela predominância de seus efeitos nos processos de identificação/subjetivação que constituem hoje o sujeito urbano³¹.

Discursivamente, essas formas-sujeito se caracterizam, entre outros, pelo funcionamento dos processos de designação nas formulações, que produzem efeitos de universalização e indeterminação semântica na construção do sujeito do discurso, especificamente na nomeação dos diversos sujeitos urbanos. Pêcheux (1975, p. 106-8) analisa esse funcionamento como indício da simulação do lógico pelo jurídico e descreve os processos parafrásticos que relacionam enunciados quantificados universalmente a enunciados encabeçados por sintagmas nominais indefinidos (quem, o que, aquele que) e ambos ao funcionamento de enunciados hipotético-dedutivos, *se...então*³². Trata-se do processo de individuação jurídica do sujeito, que ao mesmo tempo em que distingue o indivíduo como unidade discreta, suporte uno das determinações jurídicas, o indistingue na intercambiabilidade imaginária de identidades universalmente indeterminadas (valor gnômico de designações indefinidas como “aquele que; todo aquele que; quem”). Neste sentido, chamamos a atenção para o funcionamento da elipse em 4- “está mais do que na hora de Ø mudar de atitude e Ø cuidar do lugar em que moramos” e em “está impossível Ø andar nas ruas de São Paulo”, que trabalha a favor dessa indistinção e da (con) fusão do TODOS com o NÓS que vigia. Vemos, assim, o regime do universal afetando a função enunciativa definida a partir das formas-sujeito de direito e da ciência e seus efeitos na constituição da(s) identidade(s) urbanas.

Nas diversas análises que apresentamos até agora, pudemos observar a delimitação de diferentes categorizações do estatuto jurídico/urbanístico da presença e atividade dos camelôs em relação ao espaço público da cidade, especificamente daqueles locais considerados *de todos e de ninguém*. Demonstramos, porém, que essas categorizações produzem diferentes recortes na interpretação do espaço urbano e do direito à cidade que excluem todos aqueles que o ordenamento jurídico-administrativo-urbanístico da cidade não (in)corpora – nos dois sentidos de incluir e dar corpo- no funcionamento da continuidade universal-individual da lei. Em outras palavras, os *camelôs*, enquanto coletivo diferenciado, não participam nem no *todos* nem no *ninguém* dos cidadãos/citadinos de

³¹ Cf. Pêcheux (1983a); Orlandi (2001).

³² “Há uma relação de simulação constitutiva entre os operadores jurídicos e os mecanismos da dedução conceptual, especialmente entre a sanção jurídica e a consequência lógica”. (PÉCHEUX, 1975, p.108)

bem; isto é, ficam excluídos da ordem jurídico-administrativa que distribui os direitos de *todos* (universal) e de *cada um* (sua contraface na individualização dos sujeitos de direito pelo Estado) à cidade.

Através deste processo de universalização, definem-se, por um lado, os cidadãos (identificados ainda como NÓS na continuidade universal-individual que funda o direito positivo) e recorta-se, ao mesmo tempo, como resíduo dessa operação, um lugar de exclusão que abrange os que ficam fora do NÓS CIDADÃOS, aqueles interpretados como uma ameaça, como marginalidade, como *estranhos*³³, e ainda como meros objetos, indefinidos na sua identidade, posto que definidos negativamente pelo que não são, pelo que lhes falta, por oposição ao “todos da nossa cidade que levam uma vida decente e pagam impostos”.

Podemos observar esses processos discursivos em funcionamento no recorte que já analisamos, onde podem ser encontradas ressonâncias (SERRANI, 1992) do enunciado ESPAÇO PÚBLICO URBANO: DE TODOS E DE NINGUÉM, através de reformulações parafrásticas que identificam “todos/ninguém” a “cidadão” e perversamente a um “NÓS”, “moramos”, “nossa casa”, que se opõe a “uns poucos”, “qualquer um”, “camelô”, “os que não pagam”, “milhões de habitantes na maioria pobres”. Observemos o funcionamento desses processos em detalhe.

Como já apontamos acima, as designações, cujo funcionamento nas formulações aponta para uma interpretação genérica, referem a classes de indivíduos cuja delimitação é dada pelo funcionamento da forma-sujeito-de-direito e da forma-sujeito-da-ciência, nos seus efeitos universalizantes sobre os processos de designação e de identificação/subjetivação dos sujeitos urbanos. Tal é o caso em 3- onde se opõe, a partir de princípios de direito (“não é justo”), um todo homogêneo (“toda a cidade”) a uma parte (“uns poucos”) excluída em nome de uma organização urbanística: “Não é justo que toda a cidade pague pela desorganização de uns poucos”. Observamos já nesse enunciado um deslizamento de sentido que permite rachar a homogeneidade naturalizada da predicação “de todos e de ninguém”. Essa rachadura, que sinaliza o engodo constitutivo do mito continuísta empírico subjetivista que está na base da forma-sujeito-de-direito liberal-formalista, aparece apresentada ainda com mais clareza pelo funcionamento do NÓS na seqüência 4-, em que se, por um lado, as designações deslizam metonimicamente do individual para o universal, por outro lado, pelo efeito metafórico (PÊCHEUX, 1969) que reformula “metrópoles brasileiras”

³³ Cf. Zoppi-Fontana (1999d) para uma análise dos processos de exclusão social ancorados no funcionamento da designação *estranhos* em veículos de comunicação visual localizados no espaço público e em enunciados do senso comum.

como “nossa casa” se produz um equívoco ao introduzir, nessa classe homogênea, um princípio de divisão manifesto pelo pronome possessivo “a cidade é nossa casa”, que se opõe aos “milhões de habitantes na maioria pobres”, alvo de “eterna vigilância”. Observe-se, neste sentido, o mesmo funcionamento no recorte que segue:

6- A prefeitura de NY acaba de lançar um projeto inédito (que eu saiba) na história das cidades - a privatização das calçadas. Quem, por exemplo, ficar com as da 5º Avenida, vai poder explorá-las comercialmente, tendo como obrigação mantê-las *limpas, livres de buracos e, penso eu, de camelôs e afins*. Por certo, a segurança dos espaços vai ocorrer normalmente, garantindo *um passeio mais tranqüilo, livre de gatunos e tais*. [...] Na mão da iniciativa privada, *podemos ter enfim espaços* sem buracos, com painéis de informações, bancas de jornais espaçosas e outros serviços que *fazem bem à nossa vida*. (M. de Almeida; ESTADO DE SP-Cidades-C2- Crônica, 8-8-97; grifos nossos)

Encontramos novamente os processos de reificação que associam “buracos” e “camelôs”, além da oposição entre o NÓS (“podemos ter espaços limpos, seguros, tranqüilos com serviços que fazem bem a nossa vida”) e os outros, que são excluídos do NÓS pela categorização dos espaços públicos a partir dos sentidos de *liberdade*, significada, por efeito das ressonâncias do enunciado que define o espaço público como sendo de todos e de ninguém, no equívoco entre ausência de existência (livres de = limpeza/segurança) e ausência de posse (calçadas/passeios livres), equívoco no qual voltamos a encontrar a (con) fusão/deslizamento entre nós/todos, introduzindo subrepticamente uma predicação que trabalha desigualmente as relações de apropriação (“podemos ter enfim espaços). Observe-se, ainda, a recorrência do processo de indefinição da referência, que apresentamos acima, agindo sobre a interpretação dos sintagmas nominais, cuja extensão fica indeterminada e vaga, por efeito da inclusão dos pronomes indefinidos, (“Ø camelôs e afins”; “Ø gatunos e tais”).

Desta maneira, fica visível a contradição constitutiva da simulação lógico-jurídica que significa o espaço público como sendo *de todos e de ninguém* e a dimensão política da ocupação do espaço público vem a tona com toda a força de suas contradições.

Porém, pelo funcionamento do mito continuísta empírico-subjetivista, e pelo imaginário de identificação que ele autoriza (“*se eu estivesse onde tu (você)/ele/x se encontra, eu veria e pensaria o que tu(você)/ele/x vê e pensa*”), o NÓS (“nossa casa”), é sobreinterpretado pelos efeitos universalizantes do juridismo e do urbanístico que impulsionam o deslizamento metonímico que leva do eu ao nós e finalmente a toda a cida-

de/o cidadão (“evoluir da consciência individual a consciência grupal, universal, cosmopolita”), fazendo invisíveis, dessa maneira, as descontinuidades reais que dividem contraditoriamente o urbano, enquanto ordem real da cidade. Esses processos de sobreinterpretação universalizante e dissimulação da contradição constituem uma das condições de funcionamento e de realização da ideologia. Pêcheux (1975) compara esses processos com o que os lógicos de Port-Royal chamavam *a universalidade moral* que permite que se diga “os franceses são valentes; os italianos são desconfiados; os alemães são grandes; os orientais são voluptuosos, porque basta que isso seja verdadeiro para a maioria” (*op.cit.*, p.182, nota 20). Podemos acrescentar à lista: “a cidade é nossa casa e com o mesmo zelo deve ser cuidada”; “o cidadão tem o direito de usufruir da rua livre”; “espaço público, de todos e de ninguém”; e tantas outras afirmações cuja “universalidade moral” distribui “igualmente” identidades e direitos. Vale a pena lembrar, ainda, que:

A dominação da ideologia política introduz assim, por meio de seu universalismo, uma *barreira política invisível*, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista. [...] Esta estratégia da diferença sob a unidade formal culmina no discurso do Direito, que constitui assim a *nova língua de madeira da época moderna*, na medida em que ela representa no interior da língua, a maneira política de negar a política. (PÉCHEUX, 1982a, p.10-11; grifos do autor; sublinhado nosso).

Dessa maneira, interpretados por processos de designação que os significam como “instalações removíveis, obstáculos”, [ameaça para] “uma vida decente” [e para] “uma cidade habitável, degeneração urbanística fora de controle, desorganização, problema sério” [que] “exige uma eterna vigilância”; marginalizados pelos processos de universalização que ao mesmo tempo os exclui do direito à cidade e faz opaca essa exclusão (“o cidadão tem o direito de usufruir da rua livre”), os camelôs *são chamados a ocupar o seu lugar* nos processos de identificação/subjetivação que constituem os sujeitos urbanos a partir de um *discurso sobre a marginalidade*, no qual sedimentam-se e naturalizam-se esses efeitos de sentido, legitimados e perpetuados no ordinário do sentido pelo funcionamento da mídia e da lei.

Intermezzo

E aqui vale a pena retomar algumas questões teóricas que nos permitirão avançar na análise.

Partimos do pressuposto de que a identidade, conforme definida por Orlandi, (1996; 2001), é um movimento do sujeito do discurso na história,

movimento do qual o analista pode traçar os trajetos errantes na materialidade do *corpus* em estudo³⁴. Para tanto, consideramos que a identidade se constitui através de processos de identificação do indivíduo com posições de sujeito presentes no interdiscurso, processos que são de natureza ideológica e se dão pela inscrição do indivíduo na língua afetada pela história. Desta maneira, a identidade se apresenta ao analista como *feixe instável de processos de identificação*, podendo ser explorada tanto no seu funcionamento imaginário (a partir do funcionamento da ilusão subjetiva: *ego* uno, estável, autoevidente), quanto na sua instabilidade e provisoriedade constitutiva, descrevendo, a partir dos efeitos do interdiscurso nas formulações, as contradições que a atravessam, seus deslocamentos históricos, sua necessária incompletude³⁵.

Porém, o *sujeito pragmático*³⁶ tem necessidade, conforme Pêcheux (1983a), de um mundo semanticamente normal, o qual envolve, primordialmente, as evidências elementares da realidade do sentido e da identidade do sujeito. Mas, para que tais efeitos possam ser produzidos como imagens homogeneizadas e estabilizadas semanticamente, é necessário um trabalho histórico e simbólico de obturação imaginária das rachaduras abertas no campo da representação do sujeito pela contradição constitutiva dos processos discursivos, enquanto real integralmente histórico e integralmente lingüístico. Há a necessidade do *ego* se fixar (embora provisoriamente) em pontos de ancoragem enunciativa para que uma ilusão de unidade e portanto uma ilusão subjetiva possa ser produzida³⁷. Benveniste (1966) e Authier-Révuz (1998) já exploraram (diferentemente) a base lingüística da construção da subjetividade, explorando os funcionamentos enunciativos representados no fio do discurso que ao mesmo tempo constroem e reforçam a ilusão subjetiva do *ego* enunciador³⁸. Neste trabalho, centrando a análise nos efeitos produzidos pelo interdiscurso sobre a seqüencialização

³⁴ Orlandi (2001, p.93) afirma: “Compreendemos a identidade como um movimento na história e os sentidos como trajetos simbólicos e históricos não terminados”.

³⁵ Pêcheux (1975) trabalha esta diferença como o funcionamento discursivo da identificação imaginária e da identificação simbólica.

³⁶ Pêcheux (1983a) denomina dessa maneira a relação estabelecida entre o sujeito que enuncia e o real da língua e da história, pensando essa relação a partir da perspectiva do próprio sujeito de enunciação e de sua necessidade vital e linguageira de encontrar pontos de estabilização e normalização do sentido que lhe permitam construir uma ilusão mínima de identidade para si e para o mundo que reclama interpretação. Orlandi (2001, p. 93) acrescenta a necessidade desse sujeito de administrar sua relação com a incompletude da linguagem.

³⁷ “Toda atividade de linguagem necessita da estabilidade de estes pontos de ancoragem para o sujeito; se esta estabilidade falha, há um abalo na própria estrutura do sujeito e na atividade de linguagem”. (FUCHS & PÊCHEUX, 1975, p.174).

³⁸ Conforme a distinção proposta por Pêcheux (1975) mencionada acima, poderíamos dizer que os trabalhos de Benveniste e Authier-Révuz visam sobretudo os processos de identificação imaginária.

do fio do discurso e focalizando, conseqüentemente, o equívoco constitutivo das formulações, queremos chamar a atenção para os traços que sinalizam, nas formulações, movimentos de oscilação dos processos identitários³⁹. Assim, almejamos descrever os efeitos de desestabilização dos processos de identificação resultantes da contradição constitutiva dos processos discursivos, através de seus efeitos na organização da estrutura (morfos) sintática das formulações.

Para isso, assumimos, a partir da teoria, que a(s) identidade(s) é(são) efeito da fixação provisória dos processos de interpelação/identificação ideológica que constituem o sujeito do discurso a partir da inscrição do indivíduo em posições de sujeito delimitadas pela relação contraditória e móvel das formações discursivas no interdiscurso. Assim, afirmamos, por um lado, a provisoriedade das identidades, dado que elas resultam de uma estabilização/fixação temporária dos processos de identificação como efeito das relações de dominância/subordinação estabelecidas entre as formações discursivas no interdiscurso em um estado dado das condições de produção. Por outro lado, afirmamos a heterogeneidade constitutiva das identidades, que são necessariamente afetadas pela contradição que define as relações entre as formações discursivas no interdiscurso. Desta maneira, a identidade, enquanto feixe instável de processos de identificação, será tanto mais contraditória na sua constituição e nos seus efeitos de subjetivação, quanto maior seja o deslocamento das relações de dominância no interdiscurso como conseqüência de mudanças nas condições de produção.

Na análise trabalhamos com a hipótese de que os pontos de desestabilização observados no nosso *corpus* sinalizam a contradição, presente no interdiscurso específico dos enunciados, entre: espaços de identificação socialmente estruturados e legitimados a partir de posições de sujeito com dominância no interdiscurso e a emergência de novas articulações/reacomodações entre posições de sujeito, produzindo um deslocamento/movimento dos processos de identificação a partir de mudanças nas condições de produção do discurso. Retomamos desta forma as considerações feitas anteriormente sobre o conceito de *discurso social* e ensaiamos, assim, uma análise discursiva dos funcionamentos que produzem a dominância de diversos sentidos e instâncias enunciativas na circulação e legitimação social do discurso.

É dentro do quadro teórico que acabamos de apresentar sumariamente que pensamos os processos de designação, no seu caráter de dupla

³⁹ Neste sentido, diríamos que almejamos trabalhar na análise principalmente os processos discursivos de identificação simbólica, conforme definidos por Pêcheux (1975). Em Zoppi-Fontana (1997) propus uma análise semelhante em relação à enunciação política. Cf. também Payer (1993; 1999) e Orlandi (1983; 2001).

entrada para a análise. Por um lado, e em relação aos processos discursivos de produção do sentido e das relações referenciais, mostram os momentos de condensação em que os processos de substituição se estabilizam provisoriamente sedimentados pela reformulação parafrástica, permitindo observar os *momentos discursivos* de recobrimento do real histórico (a eficácia do imaginário na produção do efeito de evidência do sentido), e também analisar os *acontecimentos discursivos* que, a partir de mudanças nas condições de produção do discurso, desestabilizam as redes de enunciados e reacomodam os processos de filiação às posições de sujeito no interdiscurso, afetando a significação (a sobredeterminação do real histórico provocando a ruptura/movimentação desses momentos de estabilização)⁴⁰. Assim, em função do *todo complexo com dominante* das formações discursivas, i.e. do interdiscurso enquanto exterioridade constitutiva dos processos de designação, com suas relações específicas de contradição-desigualdade-subordinação, “são constituídas “linhas de demarcação” discursivas, adquiridas através das lutas por *formulações equívocas*” (PÊCHEUX, 1975, p.211). É sobre este equívoco que afeta os processos de designação projetando linhas de força argumentativa na construção discursiva da referência (p.e. “o direito de usufruir da rua livre”) que focalizamos nossa análise, em “um trabalho político-teórico sobre os pré-construídos e os efeitos-transversos que o produziram” (*ibidem*).

Por outro lado, do ponto de vista da produção discursiva da identidade (enquanto estabilidade provisória) e especificamente da ilusão subjetiva (enquanto unidade imaginária) que ancora os processos de enunciação auto-referencial, os processos de designação permitem observar o funcionamento dos rituais enunciativos que produzem o sujeito do discurso via identificação imaginária. Em outras palavras, o que estamos afirmando é que os processos de designação, ao fornecer os pontos de estabilização referencial necessários para a prática enunciativa do sujeito na sua relação contraditória com o real que o afeta, se constituem como processos de subjetivação, não só em relação ao funcionamento dos nomes próprios⁴¹, mas também e fun-

⁴⁰ Em Zoppi-Fontana (1997) trabalhei a distinção entre momentos discursivos e acontecimentos discursivos, enquanto dispositivos de construção e análise do *corpus* em estudo.

⁴¹ Guimarães (2000; 2002) ao analisar os nomes próprios de pessoa reconhece neles um funcionamento referencial que atribui ao fato desses nomes participarem do processo social de identificação do indivíduo. Neste trabalho defendemos a tese, apresentada por Orlandi (1999), de que processos de identificação e processos de individuação, embora relacionados (por participarem, ambos, do funcionamento da figura da interpelação ideológica que constitui o sujeito do discurso) não se confundem nem se sobrepõem, o que nos permite ampliar a relação entre processos de designação e processos de subjetivação, para aí incluir além dos nomes próprios (que trabalhariam principalmente no espaço dos processos de individuação em relação às instâncias religiosas e jurídico-administrativas do Estado), todas as construções (morfos) sintáticas que referem a/ predicam de o sujeito do discurso (formas que trabalham principalmente no espaço da constituição do sentido pelos processos de identificação/interpelação ideológica).

damentalmente em relação a todas as construções (morfos) sintáticas que referem a/predicam de o sujeito do discurso, participando na produção das imagens (entendidas como formações imaginárias, conforme definidas em PÊCHEUX, 1969) a partir das quais é trabalhada a identidade na ilusão da unidade subjetiva e, conseqüentemente, afetando os mecanismos enunciativos de auto-referência. Para tanto, entendemos:

O sujeito como processo (de representação) interior ao não-sujeito constituído pela rede de significantes: o sujeito é “preso” nessa rede – “nomes comuns” e “nomes próprios”, efeitos de shifting, construções sintáticas, etc.- de modo que o sujeito resulta dessa rede como “causa de si” no sentido espinosano da expressão. E é, de fato, a existência dessa contradição (produzir como *resultado* uma *causa de si*), e seu papel motor em relação ao processo do significante na interpelação-identificação, que nos autorizam a dizer que se trata realmente de um processo, na medida em que os “objetos” que nele se manifestam se desdobram, se dividem, para atuar sobre si enquanto outro de si. (PÊCHEUX, 1975, p.157)

É justamente considerando, junto com Pêcheux (*op.cit.*), que sentido e sujeito se constituem simultaneamente como efeitos do interdiscurso, enquanto estabilidade referencial (evidência do sentido) e ilusão subjetiva (evidência do sujeito), que introduzimos na definição dos processos de designação a consideração de seu funcionamento como processos de subjetivação, i.e., como suporte material (ancoragem lingüística) para a identificação simbólica (interpelação ideológica do indivíduo em sujeito do discurso pela sua inscrição nas posições de sujeito) e, principalmente, imaginária ([auto]reconhecimento especular do sujeito do discurso em relação aos lugares enunciativos)⁴². Neste sentido, e considerando o funcionamento dos processos de designação na construção das formações imaginárias, levantamos a hipótese de que eles afetam os mecanismos de auto-referência do sujeito do discurso.

Por outro lado, considerando, conforme defendem Fuchs & Pêcheux (1975), que “os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm como característica colocar ‘o dito’ e em conseqüência rejeitar ‘o não-dito’” (*op.cit.*, p.175), podemos prever que as formulações

⁴² Os trabalhos dos meus orientandos têm explorado os *corpora* em análise utilizando os processos de designação como dispositivo analítico (conforme definidos neste trabalho) e apontando, como resultado de suas pesquisas, instigantes rumos para a investigação do funcionamento dos processos de designação como suporte material dos processos de subjetivação e construção de identidade. Cf. Zattar (2000), Martins e Silva (2000), Ferreira (2000), Cruz Borges (2000), Ferrari (2001) e Milán-Ramos (2001), Ferreira Pinto (2002).

serão tanto mais assertivas e sintéticas, quanto maior seja a identificação (simbólica) do sujeito do discurso com esses pontos de ancoragem que lhe fornecem a ilusão de unidade e estabilização referencial tão necessárias para seu funcionamento⁴³.

Da sobrevivência consentida

*Olhai os cogumelos pondo as bocas!*⁴⁴

Resumindo em poucas palavras as considerações teóricas feitas acima, para voltar, então, a análise que viemos desenvolvendo, lembramos que:

- a identidade se constitui como feixe provisório de processos de identificação;
- esses processos de identificação se definem em relação a posições de sujeito delimitadas no interdiscurso pelo movimento sem fim das formações discursivas na história;
- os processos de designação são parte primordial desse movimento ao serem responsáveis pela produção tanto dos efeitos de estabilidade referencial através da determinação sucessiva das formulações no processo enunciativo quanto dos efeitos de desestabilização referencial através da indeterminação/não saturação das designações, dando lugar à polissemia que trabalha no equívoco;
- os processos de reformulação parafrástica e os deslocamentos que neles se produzem por efeito das condições de produção fornecem o espaço significante para o movimento e a ancoragem do sujeito do discurso na sua prática de enunciação.

A partir destas afirmações, propomo-nos, então, a explicitar, a partir da descrição dos processos de designação, os processos de identificação que autorizam um dizer auto-referencial do sujeito do discurso, cuja circulação no discurso social o configure como legítimo e positivamente valorizado. Em outras palavras, propomos descrever os processos de designação que fornecem, no seu deslizamento, o suporte material para a

⁴³ Cf. Orlandi (2001, p.104): “quanto mais centrado o sujeito, mais cegamente ele está preso a sua ilusão de autonomia ideologicamente constituída. Quanto mais certezas, menos possibilidade de falhas: não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito, é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona”.

⁴⁴ “A máquina de chilrear e seu uso doméstico”. In: *Gramática expositiva do chão* de Manoel de Barros (1999).

construção de uma identidade para os camelôs socialmente validada em relação com o espaço público urbano.

Para tanto, vamos retomar os processos discursivos de exclusão que analisamos anteriormente e observar seus efeitos sobre as formulações produzidas pelos camelôs. Assim, percebemos que há nelas uma fixação dos mecanismos de auto-referência em um *discurso da sobrevivência*, que se desenvolve a partir do tema das urgências originadas na crise econômica. Ser camelô aparece, nessas formulações⁴⁵, significado predominantemente como estado provisório, como saída, face ao desemprego estrutural, de ganhar o sustento da família, um estado (em) que o sujeito (se) reconhece geralmente como ilegítimo. No recorte que segue pode se observar esse funcionamento (grifos nossos):

7- *Tenho cinco filhos pequenos* e não posso ficar onde querem me deixar, porque só vendi R\$ 8,00 em 15 dias. (declaração de camelô, ESTADO DE SP, 25-9-98)

8- Hoje, *eu não tinha dinheiro para tomar um ônibus...* nunca vi uma coisa dessas acontecer, de não nos deixarem trabalhar. (declaração de camelô, ESTADO DE SP, 25-9-98)

9- Não podemos ficar de braços cruzados e *passando fome...* Espero que as autoridades compreendam que *precisamos trabalhar*. (declaração de camelô, ESTADO DE SP, 25-9-98)

10- [Se sairmos] *nós deixamos de sustentar as nossas famílias*. (Depoimento de carroleiro, reportagem no Jornal Regional da EPTV, Campinas, 7-11-2001)

Podemos observar neste recorte que à modalização deôntica *-deve ser; tem que-* dos verbos do recorte analisado anteriormente (1- a 6-) se opõe a modalização de possibilidade afetada pela negação (i.e. de impossibilidade *-não poder X-*) e a afirmação da modalização de NECESSIDADE –“precisamos trabalhar” (em 9). Assim, os efeitos normativos produzidos pelas formulações marcadas pela modalização deôntica (DEVER) se confrontam com os efeitos de urgência produzidos pela modalização de NECESSIDADE (“precisar”), insistentemente reafirmada. Embora estas formulações se apresentem como resposta ao funcionamento do discurso sobre a marginalidade e aos efeitos excludentes dos processos de universalização (jurídico-administrativa) que o sustentam, elas se inscre-

⁴⁵ Importa fazer a ressalva, aqui, sobre a diferença de funcionamento da auto-referência nas formulações daqueles (a maioria) que não (se) reconhecem positivamente (n)a legitimidade em relação a seu estar na cidade e aqueles que, tendo sua presença regularizada por um cadastramento junto à administração local, se afirmam no direito de permanência/ocupação da rua. Neste sentido, analisamos adiante os efeitos produzidos sobre os processos identitários pelo acontecimento, discursivamente interpretado, de instalação de uma cobertura em uma rua central de Campinas por parte dos camelôs ali cadastrados.

vem em um *discurso da sobrevivência* que dificilmente escapa à simulação lógico-jurídica que funda os processos imaginários de identificação do sujeito urbano hoje. Os locutores das formulações 7- a 10- enunciam a partir dos deslizamentos metonímicos e das condensações metafóricas próprios do funcionamento do mito continuísta empírico-subjetivista, que, enquanto imaginário de identificação, os exclui mediante à simulação de sua inclusão no NÓS totalizante, auto-evidente e universal da *cidadania* (reinterpretada neste campo discursivo⁴⁶ como conjunto de direitos e deveres sobre o espaço público urbano).

Trata-se do funcionamento da contra-identificação⁴⁷, pela qual um discurso (e o sujeito desse discurso), ao negar o discurso outro ao qual se opõe (seu contrário), fica preso a suas (do outro) categorias. Para analisar o sentido dominante, observe-se, em 6-, a inversão da modalização (de deôntica para modalização de possibilidade) e, principalmente, o funcionamento da negação que, além de pressupor a asserção negada⁴⁸, é imediatamente seguida na seqüência por uma subordinada causal que apresenta uma justificativa explicitando os motivos da impossibilidade: “*não* posso ficar onde querem me deixar, *porque* só vendi R\$ 8,00 em 15 dias”. Observe-se, também, que à impossibilidade formulada em primeira pessoa pelo locutor, se opõe o QUERER (vontade) e o FAZER (poder fazer) do adversário representado pelas formas impessoais de terceira pessoa.

Nas seqüências discursivas do recorte (7- a 10-) encontramos, pois, traços do funcionamento dos processos de contra-identificação que constituem o sujeito do discurso a partir de sua inscrição no discurso da sobrevivência: “tenho cinco filhos pequenos”; “eu não tinha dinheiro para tomar um ônibus”; “nós deixamos de sustentar as nossas famílias”; “passando fome; precisamos trabalhar”. Assim, pelos sentidos da urgência e da sobrevivência, o locutor se opõe ao discurso que o significa excluindo-o do espaço público. Porém, a inscrição de suas formulações no discurso da sobrevivência encerram a argumentação em uma armadilha discursiva na qual, ao negarem-se os efeitos de exclusão social pela afirmação da necessidade e da urgência, reafirmam-se as mesmas categorias definitórias que produzem a exclusão.

Identificação às avessas, que afeta os processos de construção da identidade, através do funcionamento da negação (“não posso ficar”, “não

⁴⁶ Nos valem da distinção efetuada por Maingueneau (1987) entre universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

⁴⁷ Conforme Pêcheux (1975, p. 216-7), o funcionamento da contra-identificação se caracteriza por uma luta do sujeito do discurso contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, afetada pela negação, revertida sobre seu próprio terreno.

⁴⁸ Cf. Ducrot (1984).

tinha dinheiro”) que opera sobre os mecanismos de auto-referência, produzindo uma fixação dos sentidos de (auto-)afirmação da identidade na representação de um tempo já passado.

11- *Eu era* operário de forno, trabalhava com caldeiras. *Somos camelôs*, estamos aqui *porque somos forçados*. (TV CULTURA, declarações de um vendedor ambulante ao repórter, agosto 1997, grifos nossos)

Observe-se, em 11-, a oposição entre a formulação explícita do locutor com o pronome de primeira pessoa singular (“eu”) quando a predicação se situa temporalmente no passado e a elipse do pronome (“Ø somos”) quando a predicação se situa no presente; sobretudo, queremos chamar a atenção para o deslizamento (substituição) pronominal de *eu* para *nós*, coincidindo com o deslocamento do tempo verbal do passado para o presente. Assim, as formas de auto-referência do locutor aparecem diluídas em um coletivo (“Ø somos camelôs”), cuja definição só é produzida deicticamente em relação a uma localização espacial (“estamos aqui”) e ainda justificada emergencialmente como efeito (paciente) de um poder (força) exterior (“porque somos forçados”).

Discurso da sobrevivência que redefine os ambulantes como pais e mães de família, desempregados, necessitados de ganhar o sustento próprio e dos filhos. Contra-discurso (PÊCHEUX, 1982a) que corre paralelo justificando excepcionalmente pela NECESSIDADE o que se exclui universalmente pelo DIREITO, colocando o sujeito face aos embates de uma discursividade que lhe destina “solidariamente” como espaço de identificação posições marginalizadas, provisórias, depreciativas:

12-Eles *precisam sobreviver*. A prefeitura deveria criar pontos onde *não incomodem ninguém*. (Irmã Lia, diretora geral do Hospital Sta. Catarina, VEJA SP, 3-9-97; grifos nossos).

Em 12-, vemos que ao mesmo tempo que se reforça a marginalidade (da presença) dos camelôs enquanto sujeitos urbanos, se reconhece sua necessidade de sobrevivência, o que autoriza o locutor a ocupar uma posição de condescendência temporária, embora não deixe de reclamar suas prerrogativas sobre o espaço urbano: “não incomodem ninguém”. Assim, os sentidos de um *discurso sobre a solidariedade* (MARIANI, 2001) se aliam às duas discursividades que trabalhamos anteriormente (da marginalidade e da sobrevivência), sustentando materialmente processos de exclusão social.

O tempo da solidariedade se mostra sempre um tempo de urgências sociais. E muitas vezes em função deste tempo, as condições de existência que propiciaram o surgimento daqueles “potenciais beneficiários de solidariedade” não são discutidas assim como também não se discute uma possível mudan-

ça em tais condições[...] Enfim, a política dos sentidos para solidariedade que se instala na língua afirma de modo simultâneo tanto a inclusão daqueles que praticam esse tipo de solidariedade quanto a exclusão daqueles que histórica e sistematicamente se encontram fora do sistema dos direitos humanos.” (MARIANI, *op.cit.*, p.48-50)

Dessa forma, tomados na armadilha discursiva configurada pelos sentidos da marginalidade e da sobrevivência, os camelôs são sobreinterpretados pelas evidências que os significam como resíduo do par legalidade/cidadania; par este interpretado, pelo funcionamento dos processos de universalização que constituem a forma-sujeito urbano (a partir dos efeitos do juridismo e do urbanístico, que analisamos anteriormente) como o TODOS (NÓS) da cidade, do qual ficam excluídos. Porém...

Contradição e processos de subjetivação

*Se a revolta é contemporânea à
linguagem, é porque sua própria
possibilidade se sustenta na existência
de uma divisão do sujeito, inscrita no
simbólico⁴⁹*

Como já demonstramos nas análises realizadas, as oscilações constitutivas do movimento da identidade se materializam no *discurso da sobrevivência* através do funcionamento da negação, da organização textual da temporalidade que opõe passado/presente e da substituição das formas pronominais de primeira pessoa singular, dando lugar a processos de contra-identificação que afetam as formas de auto-referência do sujeito do discurso, significando negativamente as identidades assim constituídas. É a partir desta posição de sujeito que os processos de identificação, através dos quais os camelôs se constituem em sujeitos urbanos, são trabalhados por sentidos de marginalidade (exclusão) e/ou sobrevivência (condescendência provisória). Neste sentido, consideramos que os processos discursivos definidos por essa posição configuram uma armadilha discursiva que dificulta a circulação de um dizer legítimo e socialmente convalidado sobre a identidade dos camelôs, interferindo, assim, nos processos de (auto)reconhecimento do sujeito.

Porém, também encontram-se, nos textos analisados, vestígios de processos de identificação que trabalham a contradição constitutiva das identidades urbanas e que se materializam nas formulações através de es-

⁴⁹ Michel Pêcheux (1975). *Semântica e discurso*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988. p. 302

truturas semântico-discursivas *divididas*⁵⁰ que sinalizam a presença de uma outra posição de sujeito a partir da qual o sujeito do discurso (se) significa positivamente através de sentidos de afirmação/legitimação identitária em relação ao espaço urbano. São os traços da presença dessa outra posição de sujeito e dos processos identitários que ela autoriza, que exploramos a seguir.

Para descrevê-los, observaremos o funcionamento dos enunciados em relação aos *múltiplos registros do cotidiano não estabilizado* (PÊCHEUX, 1982), entendidos como formas de circulação do registro do ordinário do sentido, o que implica:

Se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos da sobrevivência ... trata-se de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido ... (*op.cit.*, p.48)

No seu texto, Pêcheux (*op.cit.*) já apontava para o ressurgimento do quadro epistemológico da complementaridade bio-social constituído como uma *ideologia do cotidiano* que identifica esses campos não estabilizados de circulação do ordinário do sentido a um suposto *discurso da sobrevivência* de origens psico-biológicas, recobrando, desta maneira, a inscrição do político no espaço do cotidiano. Opondo-se a essa redução interpretativa, Pêcheux propõe a noção de *múltiplos registros do cotidiano não estabilizado*, que mobilizamos aqui para observar as diversas formas de inscrição do político nos espaços delimitados no discurso social pelo cruzamento do público e do privado, do individual/universal/coletivo, no embate das discursividades que operando nas instâncias do jurídico, do administrativo, do científico, do pedagógico, produzem efeitos de inclusão/exclusão sobre os processos de identificação que constituem o sujeito.

Pêcheux (1982) já chamava a atenção para essa zona intermediária de processos discursivos que derivam do jurídico, do administrativo e das convenções da vida cotidiana, cuja eficácia é *precisamente a possibilidade que oferecem de se jogar com as aparências lógicas, para melhor “fazer passar” os deslizamentos de sentido*, processos que descrevemos cuidadosamente acima pela análise do efeito de universalismo formal e de seu funcionamento no discurso da sobrevivência.

Desta maneira, almejamos mostrar os embates discursivos que modelam na luta ideológica a matéria viva das identidades urbanas, e para isso propomos:

- a- explorar o *corpus* para descrever os momentos intermitentes em que outra posição de sujeito afeta os enunciados, produzindo deslocamentos nos processos de identificação;

⁵⁰ Estamos nos referindo especificamente ao funcionamento do *enunciado dividido* (COURTINE, 1981); e da *designação dividida* (ZOPPI-FONTANA, 1999 e supra), sobre o que voltaremos adiante.

- b- e a partir dessa descrição, analisar nessa outra posição a configuração de *lugares de enunciação* que possibilitem a circulação positiva, legítima e pública de outros sentidos sobre/em esses sujeitos.

Para tanto, observemos agora as seguintes seqüências discursivas (os grifos são nossos):

13- Porque fiscal vem, prende, eles não podem, eles, não existe lei que eles possa pegar a mercadoria da sua mão, ele pode levar mercadoria exposta no chão, mas só que a coisa estão tão assim, jogada, uma confusão tão grande, que eles vão catando da mão de ambulante, ambulante vai passando com sacola, vão catando, estão batendo, estão pegando reforço de polícia, a polícia chega, vem enquadrando, não estão nem querendo saber o que está acontecendo e *é um trabalhador que está ali!* (Diretora do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal, Campinas, 23-9-96)

14- Tem que saber porque *está trabalhando na rua, porque está na rua!* eles não querem saber da realidade/ uma realidade dura/ (Diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal, Campinas, 23-9-96).

15- Eu sempre digo que não se trata de 35 carroleiros; trata-se de 35 famílias que precisam sobreviver. *São 35 famílias que precisam sobreviver...*O sindicato respeita o direito de ir e vir, mas com tanto desemprego, respeita muito mais *o direito de sobreviver...*Nós temos que levar a sério *o direito de trabalho e de sobreviver.* (Diretora do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal, reportagem no Jornal Regional da EPTV, Campinas, 7-11-2001)

16- Nós vamos tentar cumprir a lei, desde que seja *respeitado o direito de trabalho, de trabalho digno.* (Presidente da SETEC, reportagem no Jornal Regional da EPTV, Campinas, 7-11-2001)

No recorte acima queremos chamar a atenção para o funcionamento das estruturas semântico-discursivas divididas:

-em 13: “e é um trabalhador que está ali” (enunciado dividido, conforme COURTINE, 1981)

-em 15: “o direito de trabalho e de sobreviver” (designação dividida, conforme ZOPPI-FONTANA, 1999)

Nessas formulações observamos, através do funcionamento sintático da topicalização: *É X QUE P* e da coordenação aditiva *X e Y*⁵¹, o embate de duas posições de sujeito interpretando a identidade dos camelôs. Em 13, o funcionamento da topicalização se opõe aos sentidos de

⁵¹ Cf. Guilhaumou & Maldidier (1989), que apresentam uma análise de estruturas coordenativas a partir da palavra de ordem PÃO E LIBERDADE.

marginalidade presentes na formulação (“a polícia chega, vem enquadrando”), reforçados pelo funcionamento das negações (“não estão nem querendo saber o que está acontecendo”) para afirmar a legitimidade da presença dos *ambulantes* na rua. Neste sentido, observamos um deslocamento dos sentidos que qualificam essa presença, que já não fazem apelo ao argumento da sobrevivência, mas enfatizam, através da designação, o *trabalho* como predicação que define essa identidade (“é um trabalhador que está ali”). Por outro lado, em 15-, observamos, no funcionamento da designação dividida, a presença de duas posições de sujeito significando contraditoriamente a identidade dos camelôs; neste caso, é a coordenação que materializa na formulação esse embate discursivo: “o direito de trabalho e de sobreviver”. Outro indício do deslocamento de sentidos presente nos enunciados o encontramos na modalidade FACTUAL (“é um trabalhador que está ali; está trabalhando na rua”) das formulações 13- e 15-, que se opõe às modalidades DEÔNTICA e de POSSIBILIDADE que caracterizam os enunciados afetados pelo *discurso da sobrevivência*. Em 16- é o funcionamento da determinação que sinaliza o deslocamento dos sentidos para outra posição de sujeito a partir da qual a identidade dos camelôs se define pelos sentidos de trabalho, reafirmado (pela repetição) e qualificado como “digno”.

Vemos então que é através da afirmação do *trabalho*, não só como direito abstrato, mas como prática concreta que constitui uma modalidade de comércio, reconfigurando as práticas de ocupação e uso do espaço urbano, que os processos de identificação dos camelôs se redefinem a partir de uma posição que faz possível um discurso de legitimação e afirmação da identidade. Assim, observamos em 15- e em 16- o movimento do sujeito do discurso, no seu deslocamento de um discurso da sobrevivência e da marginalização para um discurso de legitimação e afirmação da identidade. No entanto, este movimento sofre, ainda, as oscilações e interferências produzidas pelo embate das duas posições que afetam contraditoriamente o sujeito, o que dá lugar à aparição de enunciados e designações divididos nas formulações.

Discurso social, mídia e legitimação

AGLOMERAÇÃO-POVO: 1. Sujeito público, não identificado. 2. Multidão (quantidade) que deve ser evitada, pois capaz de manifestações (movimento de opinião), impossível de ser metaforizada pelos especialistas do espaço. 3. Gente comum (não rara)⁵²

⁵² Verbetes de autoria de Eni Orlandi na ENDICI (Enciclopédia Discursiva da Cidade), <http://www.labeurb.unicamp.br/endici>.

Para finalizar nosso percurso de análise, que visa descrever o movimento do sujeito pelos diversos processos de identificação que constituem as identidades urbanas, propomo-nos agora fazer visíveis os efeitos dos pequenos mas significativos gestos⁵³ que intervindo no real da cidade modificam as *condições de enunciabilidade* e interpretação do urbano. Gestos de intervenção urbana que trabalham as opacidades dos discursos dominantes, fazendo visível o regime do político⁵⁴ que atravessa o discurso social significando todos seus espaços. E assim, pela *politização dos sentidos do cotidiano*, interferem nas instâncias de legitimação e circulação do dizer, configurando novos lugares de enunciação

17- A gente faz e segura. Aí vem pauleira. A gente apanha. Não adianta querer negociar com o poder público, demora muito. *Se a gente não dá o grito de guerra, não ouve*. (Entrevista com um dos diretores do sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal, set. 96)

Temos utilizado a noção de *lugar de enunciação*⁵⁵ para descrever os efeitos da instância enunciativa na relação do dizer com sua circulação na sociedade, especialmente no que tange aos efeitos de legitimação e hegemonia desse dizer no conjunto das práticas discursivas. Em trabalhos anteriores⁵⁶, focalizamos o estudo de práticas discursivas definidas por processos de identificação a partir dos quais o sujeito do discurso se constitui na sua concreta função de enunciador afetado por uma desqualificação, uma deslegitimação e, inclusive, uma interdição desse seu dizer. Posições de sujeito que se caracterizam por um esvaziamento/silenciamento da função enunciativa que afeta tanto os processos de constituição do sujeito quanto os efeitos dos enunciados aí produzidos, cujas formulações sofrem restrições de circulação.

Neste artigo, ao contrário, exploramos processos de produção histórico-discursiva de um lugar de enunciação, observando o acontecimento de um gesto de intervenção urbana específico, que passou a reconfigurar os processos discursivos a partir dos quais são trabalhadas as identidades em relação à cidade, especificamente a dos camelôs. Trata-se da instalação de uma cobertura de estrutura metálica e teto de PVC, cobrindo aproximadamente 200m de uma rua central de Campinas. Esta cobertura foi instala-

⁵³ Entendemos *gesto* no sentido definido por Orlandi (1996; 2001) como ato simbólico que intervém no real do sentido, isto é, como *gesto de interpretação*.

⁵⁴ Seguindo a Orlandi (1996, p. 21), entendemos o político como o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição.

⁵⁵ Zoppi-Fontana (1997; 2001a; 2002). Cf. também García-Negroni & Zoppi-Fontana (1992); Ferrari (2001); Zattar (2000).

⁵⁶ Cf. Zoppi-Fontana, M. (2000, 2001b).

da por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal em um local onde já existiam bancas de camelôs cadastradas e autorizadas a título precário e intransferível pela Prefeitura. Este acontecimento histórico produz uma agitação nas redes de filiação dos sentidos, dando lugar a reacomodações nas relações entre os enunciados, configurando novos arranjos nos processos de identificação. Neste sentido, consideramos o conjunto de enunciados que interpretam este evento como acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1983), isto é, como reestruturação da memória discursiva e das relações de sentido que ela possibilita.

Queremos propor, com as análises que se seguem, considerar esse acontecimento discursivo e principalmente o gesto material (a instalação da cobertura) que o ocasionou, como o espaço simbólico a partir do qual um dizer legítimo sobre/dos camelôs pode ser realizado e circular no discurso social disputando a dominância pela interpretação do espaço urbano.

18- Ambulantes criam o “*camelô shopping*”. Trabalhadores informais instalam cobertura na Rua Álvarez Machado, que abriga 84 barracas; polêmica com lojistas e SETEC e confronto com a GM (Correio Popular, 17-10-2000, CIDADES, p.4, manchete; grifos nossos).

19- Nós tentamos sim. Levamos a maquete ao Dr. Celso Corrêia, diz que ia avaliar mas depois não deu retorno e a gente sabe. Não só nós, mas toda a categoria, a gente vê o caso dos perueios, *tudo tem que ter uma manifestação, alguma coisa para o pessoal acordar, se não ia estar esquecido, nós íamos continuar com aquela falta de segurança, nós íamos continuar da maneira que nós estávamos*. (Diretora do Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal. EPTV, Jornal Regional, entrevista televisada, outubro 2000)

Observe-se em 18- (acima) e 20-(abaixo) o funcionamento dos processos de designação que nomeiam o local de trabalho dos camelôs. Chama a atenção o deslocamento de sentidos que se evidencia se os comparamos às designações divididas que analisamos no início deste texto. A nova designação “camelô shopping” não apresenta restrições ou modalizações de seu campo referencial (como vimos em A- “um camelódromo para os ambulantes que funcionaria como um tipo de shopping”). Por outro lado, a ordem dos constituintes do sintagma nominal “camelô shopping” inverte as relações internas entre os núcleos nominais, de forma tal a apresentar (jogando no equívoco da sobreposição da sintaxe do português e do inglês) o nome “camelô” como eixo do sintagma, e deslocando a interpretação, dessa maneira, dos sentidos de finalidade/destinação (shopping para camelôs) para uma interpretação mais próxima ao funcionamento dos nomes próprios (“criam o *camelô shopping*”), isto

é, como procedimento de individuação de um local específico e único do tecido urbano. Observe-se que 18- estabiliza, pelo efeito de pré-construído (HENRY, 1977) que afeta as formulações do repórter, a designação cujo processo de construção observamos em 20-:

20- Nesse trecho é possível encontrar de tudo um pouco. Desde miudezas para o lar, como pés de geladeira até brinquedos eletrônicos que fazem sucesso entre a criançada. “*É mesmo um camelô shopping*”, define Maria José Salles, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal de Campinas. ‘Zezé’, como é mais conhecida não esconde o seu entusiasmo com a obra. “*Podemos padronizar esse visual em outros pontos de venda*, como a continuação da própria Álvarez Machado e o Terminal Central”, planeja. (CORREIO POPULAR, 18-10-2000, CIDADES, p.3; grifos nossos)

Chamamos a atenção para a modalidade afirmativa das formulações da Diretora do Sindicato (“*É mesmo um camelô shopping*”), que trabalha na direção da estabilização desses sentidos já deslocados, sedimentando os efeitos de ruptura do acontecimento discursivo através de uma enunciação com força de constatação; projetando, assim, novos arranjos de sentidos para significar as identidades em discursividades outras que as da marginalização e da sobrevivência. O que nos interessa apontar é que esses sentidos, e as novas imagens aí produzidas, ganham visibilidade e legitimação no discurso social ao serem formulados de uma instância enunciativa (auto)reconhecida como *lugar próprio*⁵⁷, mudando, desta maneira, o estatuto jurídico e, sobretudo, político do locutor. Neste sentido, consideramos este acontecimento, e a reconfiguração física e simbólica do espaço público urbano que ele provoca, como emergência de um *lugar de enunciação* que propicia a enunciação positiva da identidade dos camelôs. Trabalhamos, assim, com a circulação do dizer na sociedade de forma integrada ao próprio processo de constituição da subjetividade e aos processos de designação que lhe servem de suporte material.

Chegamos, enfim, ao término de nosso percurso, que transitou pelas redes de formulações em que as identidades urbanas encontram berço e esteio; acompanhamos o movimento oscilante e intermitente do sujeito do discurso por esses trajetos de embates e divisões; testemunhamos os silêncios e os gritos dessas subjetividades tomadas nas malhas da língua e da história, seus tateios tímidos e seus gestos precisos para (se) significar

⁵⁷ Cf. Orlandi (1987) que trabalha a noção de lugar próprio em relação ao modo de representação da voz no discurso religioso. Em Zoppi-Fontana (1997) mobilizamos essa noção para analisar os modos de representação/mediação da voz no discurso político da transição democrática.

no espaço excessivo das evidências ideológicas. E então...

- *Cumpadre, e rua*
É lugar nenhum
Ou tem sitiante?
- Só se porém⁵⁸.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, M. Virgínia Borges. *A (des)razão do mercado: efeitos de mudança no discurso da Qualidade Total*. Tese de Doutorado em Linguística. Maceió, UFAL, 1999.
- ANGENOT, Marc. Le discours social: problématique d'ensemble. *Cahiers de recherche sociologique: Le discours social et ses usages*. V, n.1, abril, 1984.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, n. 26, p. 91-151, 1982.
- _____. *Palavras Incertas*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1998.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. Trad. M.G.Novak & M.L. Neri. Campinas, Pontes, 1988.
- BORGES, Águeda A. da Cruz. *Nas veias do jornal: a terra: os sentidos sobre a Carta Pastoral de dom Pedro Casaldáliga na imprensa (1971)*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IEL/UNICAMP, 2000.
- COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, n. 62, p.9-127, 1981.
- _____. Définitions d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, v. 9, n.2, p. 239-64, 1982.
- _____. Chroniques de l'oubli ordinaire. Montreal, *Sediments*, n.1, 1986.
- DIAS, Luiz F. *Os sentidos do idioma nacional*. Campinas, Pontes, 1995.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1987.
- FERRARI, Ana J. *A voz do dono*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IEL/UNICAMP, 2001.

⁵⁸ Estou parafraseando versos do poema "Desarticulados para viola de cocho", in: *Gramática expositiva do chão* de Manoel de Barros (1999), cuja redação original é: "-Cumpadre, e longe/ é lugar nenhum/ ou tem sitiante? / Só se porém".

- FERREIRA, Lucimar L. *O índio Umutina no discurso do contato: silenciamento e resistência*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IEL/UNICAMP, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Baeta Neves. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1996.
- FUCHS, C. & M. PÊCHEUX. A propósito da análise automática do Discurso: atualização e perspectivas. Trad. Péricles Cunha. IN: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.
- GARCÍA NEGRONI, M.M. & M. ZOPPI FONTANA. *Análisis lingüístico y discurso político. El poder de enunciar*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1992.
- GRIGOLETTO, Marisa. *A resistência das palavras: discurso e colonização britânica na Índia*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2002.
- GUILHAUMOU, Jacques. *La langue politique et la Révolution Française. De l'événement à la raison linguistique*. Paris, Klincksieck, 1989.
- _____. & D. MALDIDIER. Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso. Trad. Freda Indursky. IN: Guimarães, E. (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes, 1989.
- GUILHAUMOU, J.;MALDIDIER, D.; ROBIN, R. *Discours et archive. Experimentations en analyse du discours*. Paris, Mardaga, 1994.
- GUIMARÃES, Eduardo R.J. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, Pontes, 1987.
- _____. *Os limites dos sentidos*. Campinas, Pontes, 1995.
- _____. *Semântica do acontecimento*. Campinas, Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, E. & ORLANDI, E. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. IN: ORLANDI, E. *Discurso e leitura*. São Paulo, Cortez, Campinas, Ed. UNICAMP, 1988.
- HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. Trad. Eni P. Orlandi.. São Paulo, Hucitec, 1992.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito, discurso*. Trad. M. Fausta Pereira de Castro. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992.
- _____. Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux. Trad.: Bethânia S. Mariani. IN: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.
- KARIM, Taisir M. *Designação e instabilidade do sentido. "Israel" e "Palestina" na Folha de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IEL/UNICAMP, 2000.

- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas, Pontes, 1988.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas, Pontes, 1989.
- MALDIDIER, Denise. (Re)lire Michel Pêcheux aujourd'hui. In: *L'inquietude du discours*. Paris, Cendres, 1990.
- MARIANI, Bethânia S.C. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro, Revan, Campinas, Ed. da Unicamp, 1998.
- _____. Questões sobre a solidariedade. IN: ORLANDI, E. (org.) *Cidade atravessada*. Campinas, Pontes, 2001.
- MAZIÈRE, Francine. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: Guimarães, E. (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes, 1989.
- MILÁN-RAMOS, J. Guillermo. *A impostura da letra: escrita e subjetivação na transição dos assujeitamentos*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IEL/UNICAMP, 2001.
- MONDADA, Lorenza. *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir*. Lausanne, Université de Lausanne/Fac. des Lettres, 1994.
- ORLANDI, Eni P. A incompletude do sujeito. In: Orlandi, E. et alli. *Sujeito e texto*. São Paulo, EDUC, Série Cadernos PUC, 1983. p. 9-16.
- _____. Segmentar ou recortar? Uberaba, *Série Estudos*, n. 10, p. 9-26, 1984.
- _____. O discurso religioso. In: *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. São Paulo, Cortez, 1987. p. 239-262.
- _____. *Terra à Vista. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo, Cortez, Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.
- _____. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura, efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- _____. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 1999.
- _____. *Discurso e Texto. Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni P. (org). *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, Pontes, 1993.
- _____. (org.) *Cidade atravessada. Os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, Pontes, 2001.
- PAYER, Maria. *Educação popular e linguagem. Reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1993.

- ____. *Memória da língua. Imigração e nacionalidade*. Tese de doutorado. IEL/UNICAMP, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso*. Trad. Eni P. Orlandi. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs) *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.
- ____. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. de Orlandi et alii. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1988.
- ____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. José H. Nunes. Campinas, IEL/UNICAMP, *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 19, p. 7-24, 1991.
- ____. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. (org) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1994. p.55-67.
- ____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad: Eni P. de Orlandi. Campinas, Pontes, 1990.
- ____. Lecture et mémoire: project de recherche. In: *L'inquietude du discours*. Paris, Cendres, 1990.
- PÊCHEUX, M et alii. La frontière absente (un bilan). In: *Matérialités discursives*. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1981.
- PINTO, Gislaine Ferreira. *A Duloren faz arte*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IEL/UNICAMP, 2003.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Trad.: Ângela Leite Lopes. São Paulo, Editora 34, 1996.
- SERRANI, Silvana. *A linguagem na pesquisa sócio-cultural. Um estudo da repetição na discursividade*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993.
- SILVA, Vera Martins. *Um lugar de visibilidade do sujeito deficiente mental*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IEL/UNICAMP, 2000.
- ZATTAR, Neuza. *Os sentidos da liberdade dos escravos na constituição do sujeito da enunciação sustentada pelo instrumento da alforria*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IEL/UNICAMP, 2000.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica. *Cidadãos modernos. Discurso e representação política*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.
- ____. Cidade e discurso: paradoxos do real, do imaginário, do virtual. In: *RUA, Rev. do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*, n. 4, p.39-54. Campinas, NUDECRI, 1998.
- ____. Ordem jurídica, ordem política e a (des)ordem nas ruas. Madrid, Gedisa, *Discurso y Sociedad*, v.1, n.1, p. 105-122, 1999a.
- ____. É o nome que faz fronteira. In: INDURSKY, F. & LEANDRO FERREIRA, M.C. (org) *Os Múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto, 1999b. p. 202-215.

- ____. Leitura, silêncio, memória. Leituras urbanas e práticas de exclusão. *In: LEFFA, J. & ERNST- PEREIRA, A. O ensino da leitura e produção textual: alternativas de renovação.* Pelotas, EDUCAT, 1999c. p.51-68.
- ____. Um estranho no ninho: entre o jurídico e o político, o espaço público urbano. *RUA – Rev. do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade,* número especial, p. 53-65. Campinas, NUDECRI, 1999d.
- ____. Lugares de enunciação e discurso. *Boletim da ABRALIN: II Congresso Internacional da Abralín.* Fortaleza, 13 a 16 de março, 2000, n. 26, p.199-20, UFC, 2003.
- ____.O discurso e seus diferentes aspectos. *Seminário de pesquisa “Perfilando políticas e projetos”.* PPG em Lingüística e Língua Portuguesa, Fac. de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara, nov 2001a.
- ____. Lugares de enunciação e discurso. *Leitura : Análise do Discurso. PPG/ Letras e Lingüística,* n. 23, p. 15-24, jan/jun 1999. Maceió, EDUFAL, 2002.